

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

EDUCAÇÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA:
QUESTÕES ATUAIS.

Bolsista: Gleice Kelly dos Santos Lopes, CNPq
Orientadora: Prof^a Dr^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel

MANAUS
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB – SA/0094/2011

EDUCAÇÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA:
QUESTÕES ATUAIS.

Bolsista: Gleice Kelly dos Santos Lopes, CNPq
Orientadora: Prof^a Dr^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel

MANAUS
2012

RESUMO

Trata do desenvolvimento da pesquisa que analisou o quadro da educação escolar no Amazonas na primeira década do século XXI, em que, através do levantamento de documentos oriundos do sistema oficial de ensino, se buscou reconstruir, de forma atualizada, elementos do quadro da educação na Amazônia apresentado na década de 1980. A lógica de organização e análise das informações coletadas teve como pressuposto uma abordagem comparativa entre os documentos elaborados nos contextos dos anos 1980 e da primeira década do século XXI. Foram encontrados avanços no sistema educacional, principalmente no que diz respeito ao Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, em que se conseguiu a universalização do acesso a essa etapa. Outra área que avançou foi o acesso dos povos indígenas à escolarização, com a criação de escolas que atendam suas necessidades socioculturais. Há avanços no ensino técnico em nível médio, com a expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas/IFAM para outras cidades do interior, assim como o CETAM. O Ensino Médio ainda não alcançou a meta da universalização do acesso a ele. A educação infantil continua com um número insuficiente de creches e escolas. Outra área que só avançou na legislação foi a que atende as pessoas com necessidades especiais. O acesso ao ensino superior continua restrito a um percentual pequeno da população.

Palavras chave: Educação na região Amazônica; Universalização do ensino.

ABSTRACT

This development of research that examined the context of school education in the Amazon in the first decade of this century, where, through the lifting documents from the official educational system, it sought to rebuild in updated form, elements of the framework of education in the Amazon introduced in the 1980s. The logic of organization and analysis of information collected had assumed as a comparison between documents produced in the contexts of the 1980s and the first decade of this century.

We found improvements in the educational system, especially with respect to elementary education, from 1st to 9th grade, where we managed to universalize access to this step. Another area that was advanced access of indigenous peoples to education, with the creation of schools that meet your needs sociocultural. There are advances in technical education in high school, with the expansion of IFAM to other cities, as well as CETAM. The High school has not yet reached the goal of universal access to it. Early childhood education continues with an insufficient number of kindergartens and schools. Another area that only advanced the legislation was that serves people with special needs. Access to higher education remains restricted to a small percentage of the population.

Keywords: Education in the Amazon region; Universalization of education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 PROBLEMA DE ESTUDO	6
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
4 METODOLOGIA.....	17
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
5.1 O Sistema Educacional do Estado do Amazonas e a Oferta de Educação no Contexto dos anos 2000.....	18
5.1.1 Educação Infantil	18
5.1.2 Ensino Fundamental (1° ao 9° ano).....	20
5.1.3 Ensino Médio, EJA e Educação Especial.....	21
5.1.4 Educação Profissional.....	21
5.2 Educação Profissional Indígena no Contexto Amazônico: A Experiência do IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira..	22
5.3 Analfabetismo no Amazonas..	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de sistematização de informações e o tratamento de dados esparsos sobre determinados problemas constituem-se em motivos para desencadear pesquisas sobre questões sociais, no interior das quais se situa a educação. É preciso realizar estudos sistematizados com relação à educação formal na Amazônia, bem como tratar e armazenar informações que sejam disponíveis e acessíveis a qualquer estudioso.

Nesta pesquisa objetivamos coletar dados esparsos e informações sobre a educação na região amazônica empreendida na primeira década do século XXI. Com isso pretendemos reconstruir, de forma atualizada, elementos do quadro da educação na Amazônia delineado por Carneiro e Weigel (1990), no âmbito da série Estudos para o Planejamento em Ciência e Tecnologia, realizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, no que diz respeito ao estado do Amazonas.

Este quadro delineia a realidade educacional da Amazônia da década de 1980, reunindo dados e informações relativas ao sistema oficial de ensino e às iniciativas particulares para processar a educação das camadas populares, bem como às políticas governamentais estabelecidas para a educação formal na região. Neste sentido, esta pesquisa esteve voltada aos mesmos elementos da realidade educacional definidos pelas citadas autoras, focalizando assim o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, o Ensino Superior, a educação indígena, as reivindicações populares por educação e as ações governamentais implementadas a partir do ano 2000 no estado do Amazonas.

2. PROBLEMA DE ESTUDO

Esta pesquisa pretendeu relatar qual é a realidade educacional do Amazonas na primeira década do século XXI, em relação aos avanços, retrocessos e transformações ocorridos desde a década de 1980.

Abordamos a situação educacional no Amazonas através de dados esparsos e de informações existentes em documentos e textos que tratam de questões recorrentes sobre a educação nesta região, na última década.

Verificamos dados sobre as atuações do Estado (principalmente através de instituições como as secretarias de educação de âmbito estadual e municipal; estas últimas diretamente responsáveis pela implantação do Ensino Fundamental, a partir da legislação que impõe a municipalização do ensino), implementando as políticas especiais para a região; e, de outro, o movimento de setores sociais como assalariados, trabalhadores das periferias urbanas, índios, ribeirinhos e outros pequenos produtores, empenhados na efetivação de uma escola que responda as suas necessidades específicas de educação. A proposta foi verificar dados sobre as unidades escolares de dependência administrativa pública e particular e sua atuação na região de modo a constatar se estas escolas estão produzindo educação de interesse da maioria dessa população, tanto por dar acesso a todos, quanto por ser capaz de realizar educação que responda as necessidades postas pela forma concreta como esses grupos estão enredados na teia das relações sociais.

Apresentamos números relativos à escolarização nas unidades federadas da região para que se possa melhor compreender a questão educacional, quanto ao atendimento e à permanência dos setores populacionais em idade escolar e dos que tem acesso à escola. Partimos da ideia de que a escolarização é resultado de múltiplas relações sociais e políticas, nas quais o Estado tem um papel central.

Desse modo, pretendemos delinear um quadro da educação em que fosse possível apreender esse caráter político e social da escolaridade, desconstruindo a idéia de que o professor, o aluno e os pais são a “causa” do fracasso escolar. Essa idéia tem servido de suporte ideológico para a realização de ações que visam “melhorar” o desempenho do professor, do técnico e do aluno, buscando aumentar sua “produtividade” (CARNEIRO; WEIGEL, 1990).

As pressões sociais pela universalização do ensino e pela definição de um projeto educacional de interesse dos grupos sociais subalternos, aliados aos modismos produzidos pelas próprias discussões em voga a respeito da educação, têm incorporado ao discurso oficial expressões como “participação”, “participativo”, “atendimento a realidade” e “das necessidades reais da população”. Verificamos como tais expressões – constantes nos projetos e nos planos educacionais – têm se transformado em resultados na prática.

Pretendemos, ao delinear o quadro atual da educação na Amazônia possibilitar a interessados e estudiosos comparar a situação educacional contemporânea com a situação da década de 1980, observando avanços, retrocessos e transformações ocorridas.

Objetivos

Geral:

- Conhecer o quadro da educação escolar no Amazonas na primeira década do século XXI, reconstruindo, de forma atualizada, elementos do quadro da educação na Amazônia delineado na década de 1980.

Específicos:

- Verificar informações relativas ao sistema oficial de ensino (Federal, Estadual e Municipal).

- Identificar iniciativas particulares para processar a educação das camadas populares (Empresas Privadas e Movimentos Sociais).
- Verificar dados sobre implementação de políticas governamentais estabelecidas para a educação formal no Amazonas.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este quadro é necessário para que possamos fazer um diagnóstico adequado da educação no Amazonas, para que não seja investido energia e dinheiro em políticas equivocadas e distantes da realidade em todos os níveis da educação. Temos hoje vários órgãos de avaliação e de indicadores de desempenho na educação que apresentam dados do aluno e do professor à sociedade, para que possa se envolver no enfrentamento dos desafios educacionais. Como formas de avaliação da educação podemos citar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que coleta informações sobre o desempenho acadêmico dos alunos brasileiros, apontando o que sabem e são capazes de fazer, em diversos momentos de seu percurso escolar, considerando as condições existentes nas escolas. Os dados, obtidos com a aplicação de provas aos alunos e de questionários a alunos, professores e diretores, permitem acompanhar a evolução do desempenho e dos diversos fatores associados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas. A partir das informações do SAEB, o Ministério da Educação - MEC e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação podem definir ações voltadas para a correção das distorções e debilidades identificadas e dirigir seu apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento e a redução das desigualdades ainda existentes no sistema educacional brasileiro. Muito semelhante ao SAEB, mas um pouco mais jovem, temos a prova que foi criada em 2005 – a Prova Brasil.

Esta prova avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas). Avalia apenas estudantes de Ensino Fundamental, de 5º e

9º anos das escolas públicas localizadas em área urbana e rural. A avaliação é quase universal: todos os estudantes das séries avaliadas, de todas as escolas públicas urbanas e rurais do Brasil com mais de 20 alunos na série, devem fazer a prova. Como resultado fornece as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e escolas participantes. Parte das escolas que participarem da Prova Brasil ajudará a construir também os resultados do SAEB, por meio de recorte amostral.

A chamada Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do Ensino Fundamental. A intenção é oferecer aos professores e gestores escolares um instrumento que permita acompanhar, avaliar e melhorar a qualidade da alfabetização e do letramento inicial oferecido às crianças. A partir das informações obtidas pela avaliação, os professores têm condições de verificar as habilidades e deficiências dos estudantes e interferir positivamente no processo de alfabetização, para que todas as crianças saibam ler e escrever até os oito anos de idade, o que é uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresentado numa escala de zero a dez, foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o IDEB da instituição. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das Secretarias Municipais e Estaduais pela melhoria da educação. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atende toda a Educação Básica, da creche ao Ensino Médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006, o FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. É um importante compromisso da União com a Educação Básica, na medida em que aumenta em dez vezes o volume anual dos recursos federais. Além disso, materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da Educação Básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos.

A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões — a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja, o FUNDEB tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim. O Ministério da Educação promove a capacitação dos integrantes dos conselhos. Na área da Educação Básica, a substituição do FUNDEF pelo FUNDEB constitui a estratégia prioritária dessa política. Além da efetiva universalização do atendimento no Ensino Fundamental, o FUNDEB permitirá a inclusão progressiva de todas as crianças em creches e pré-escolas, e fará ainda com que todos os jovens e adultos sem escolarização ou concluintes da educação fundamental possam também concluir o Ensino Médio. Como instrumento inclusivo, o FUNDEB estenderá os benefícios do atual FUNDEF a todos os alunos e

professores da Educação Básica, garantindo o acesso de toda população escolarizável a todos os níveis da Educação Básica.

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo INEP. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (Educação Infantil e ensinos Fundamental e Médio), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar.

Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da Educação Básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Além disso, os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono) escolar dos alunos do Ensino Fundamental e Médio, juntamente com outras avaliações do Instituto Nacional de Pesquisas/INEP/MEC (o SAEB e a Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação.

O Censo Escolar que desde 2007 é respondido pela Internet, por meio do sistema Educacenso, tendo como foco o aluno, é construído com a finalidade de retratar a realidade educacional brasileira, produzir estatísticas fidedignas, embasar estudos e atender a programas

do Governo Federal. O Censo Escolar, dessa forma, se adaptou e consegue coletar, atualmente, além de dados cadastrais de escola e turma, informações individuais de alunos e docentes. Com o surgimento de novos cenários educacionais, incentivados por iniciativas públicas e pela sociedade, foi necessário que o sistema EDUCACENSO se ajustasse a fim de coletar as novas realidades. O crescimento das escolas que ampliaram a jornada escolar de seus alunos, o aparecimento de Atividades Complementares ao currículo obrigatório e a implementação do Programa Mais Educação são alguns desses novos panoramas que exigiram adaptação da coleta do Censo Escolar, por meio de inovações no sistema Educacenso.

O Programa Mais Educação, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI), é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Trata-se de uma estratégia do governo federal para a ampliação da jornada escolar. O programa Mais Educação, instituído em abril de 2007, tem por objetivo ampliar o tempo e o espaço educacional dos alunos da rede pública. Trata-se de uma contribuição para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, pela articulação de ações, projetos e programas do governo federal. A iniciativa promove ações sociais e educacionais em escolas e ou em outros espaços socioculturais. Os alunos participam de atividades no turno oposto ao das aulas regulares.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima com que cada área do conhecimento é avaliada é trienal.

A Educação Infantil no Brasil compreende o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, enquanto em outros países abrange crianças entre 3 e 5 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, Lei 9394/96, define que a Educação Infantil deve ser oferecida em creches ou em entidades equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos. Ainda que não obrigatória, a Educação Infantil é um direito público, cabendo ao município a expansão da oferta, com o apoio das esferas federal e estadual. Os resultados do levantamento realizado em 2000 mostraram que a Educação Infantil brasileira está em expansão. Os dados revelaram que a maioria dos municípios brasileiros possui algum tipo de oferta de Educação Infantil; entre 5.507 municípios, cerca de 99% têm pelo menos um estabelecimento que atende a crianças em creches ou na pré-escola. Ainda segundo o levantamento, existem 92.526 estabelecimentos de Educação Infantil no País que atendem crianças entre 0 e 6 anos de idade, sendo que 67% pertencem às redes de Educação municipais.

No Ensino Fundamental foi implementada a ampliação para nove anos, pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). Prevista na Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e em uma das metas do Ensino Fundamental no Plano Nacional de Educação (PNE), esta ampliação objetivou que todas as crianças de seis anos, sem distinção de classe, sejam matriculadas na escola. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011 estabeleceu que o cumprimento da meta de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos com início aos seis anos exige a iniciativa da União (Meta 2, Capítulo Do Ensino Fundamental), pois, segundo o art. 9º da LDB, cabe ao Ministério da Educação estabelecer, em colaboração com estados, municípios e o Distrito Federal, as competências e diretrizes para a Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9394/96), ao situar o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, define-a como a conclusão de um

período de escolarização de caráter geral. Trata-se de reconhecê-lo como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (art. 22). As disposições legais sobre o Ensino Médio deixam clara a importância da educação geral como meio de preparar para o trabalho e formar pessoas capacitadas à sua inserção social cidadã, de se perceberem como sujeitos de intervenção de seu próprio processo histórico, atentos às transformações da sociedade, compreendendo os fenômenos sociais e científicos que permeiam o seu cotidiano, possibilitando, ainda, a continuação de seus estudos. Paralelamente à expansão do atendimento, as políticas públicas educacionais se concentraram também em aspectos relacionados à permanência do aluno na escola e à qualidade dos serviços oferecidos. Questões como as condições de funcionamento das escolas, a formação e a capacitação dos professores, a qualidade do material didático, a leitura no trabalho escolar, a participação dos pais na escola e a qualidade da merenda escolar foram priorizadas para compensar os efeitos da maior incorporação de alunos provenientes de famílias de menor escolaridade. O governo federal estabelece como prioridade o desenvolvimento de programas e projetos, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, que visam à melhoria da qualidade da Educação Básica, dentro do que dispõe o Plano de Metas, Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

No contexto histórico da educação brasileira cabe destacar que o Ensino Fundamental e o Ensino Superior sempre tiveram seus objetivos e finalidades claramente delineadas nas legislações educacionais, sendo que, só a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, o Ensino Médio passou a ser visto como etapa da Educação Básica, com diretrizes e finalidades expressas nos Artigos 35 e 36 da LDB. A ênfase da lei, que situa o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, implica compreender a

necessidade de adotar diferentes formas de organização curricular, e, sobretudo, estabelecer princípios orientadores para a garantia de uma formação eficaz dos jovens brasileiros, capaz de atender os diferentes anseios dos jovens que se encontram na faixa etária de escolarização, que possam participar do processo de construção de uma sociedade mais solidária, reconhecendo suas potencialidades e os desafios para inserção no mundo competitivo do trabalho. Em 1999, o Brasil possuía 93.037 alunos matriculados na Educação Indígena no País. A maior parte, concentrada no Ensino Fundamental: são 74.931 estudantes índios. Nas 1.392 escolas indígenas existentes no País trabalham 3.998 professores. Desse total, 76,5% são de origem indígena. Os dados fazem parte do Censo da Educação Indígena, realizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC) em parceria com a Secretaria de Educação Fundamental (SEF/MEC).

A Sinopse Estatística da Educação Superior vêm sendo produzida pelo INEP desde 1995. Essa publicação, disponível para download, corresponde a um conjunto de tabelas organizadas por tema, apresentando dados agregados referentes a instituições, recursos humanos, cursos de graduação presenciais, processos seletivos, matrícula, concluintes, cursos de graduação à distância, cursos sequenciais presenciais e a distância, instituições federais, com base nos resultados do Censo da Educação Superior 2010.

Os Microdados do Censo da Educação Superior 2010, da mesma forma que a Sinopse Estatística, se incorpora à série que vem sendo disponibilizada aos seus usuários desde 1995. As bases de dados são apresentadas em formato ASCII, acompanhados de inputs, que correspondem a canais de entrada para leitura dos arquivos por meio da utilização dos softwares SAS e SPSS, estando disponíveis para download.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, seguindo seu cronograma, divulgou os resultados da coleta de 2010 em novembro de 2011. É com base nos dados e informações geradas a partir do Censo da Educação Superior que são formuladas,

monitoradas e avaliadas as políticas públicas. Os seus resultados também são importantes no meio acadêmico, subsidiando estudos, monografias, dissertações e teses.

Em 1997 o INEP realizou o primeiro Censo do Professor em âmbito nacional. Essa pesquisa, viabilizada com o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, foi respondida por 1.617.611 professores das redes pública e particular da Educação Básica. Trata-se, assim, do levantamento mais abrangente já realizado sobre o magistério brasileiro, tendo em vista que alcançou mais de 90% da categoria.

O Ministério da Educação (MEC) realizou esta pesquisa devido à necessidade de dispor de dados sobre o salário dos professores – relacionado ao nível de escolarização e ao tempo de exercício do magistério – para orientar a implantação do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

O Censo do Professor aponta a necessidade de políticas que promovam melhor distribuição dos recursos e que garantam maior equidade na oferta do ensino público, objetivos atendidos pelo FUNDEF. Além disso, a divulgação dos resultados permite que a sociedade se informe sobre a real situação do magistério e participe da busca de alternativas para promover a sua valorização.

O Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003 apresenta informações sobre o perfil dos docentes atuantes na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Educação Especial. A publicação aborda características que compõem a identidade desses educadores como cor ou raça, sexo, idade, estado civil e número de filhos. Reúne, ainda, elementos facilitadores da condução de estudos transversais sobre a formação acadêmica, o salário, a experiência profissional e as condições socioeconômicas desses professores. As tabelas estão organizadas por Regiões Geográficas Brasileiras, Unidades da Federação e Dependência Administrativa da escola onde o profissional executa suas atividades.

4. METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa documental. A coleta de dados e informações se deu pelo exame de relatórios técnicos, projetos, programas e outros textos existentes em arquivos e bancos de dados de instituições públicas e particulares relacionadas ao tema; bem como pela consulta a dados disponibilizados em sites dos organismos públicos e de entidades não governamentais. Coerente com os objetivos da pesquisa o processo de pesquisa se constituiu em quatro momentos processuais, (diferenciados, complementares e interdependentes): levantamento bibliográfico, levantamento documental, elaboração das categorias de análise e Elaboração do Relatório. O levantamento bibliográfico se constituiu na estruturação do aporte para a construção de um referencial teórico na perspectiva de que “a teoria, que fornece as categorias de análise, necessita, no processo de investigação, ser revisitada, e as categorias reconstituídas” (FRIGOTTO, 2000, p.81). Tal procedimento fez-se necessário para a apreensão do caráter histórico do objeto do estudo, sem perder de vista: a relatividade, a parcialidade e provisoriedade de todo o conhecimento histórico (FRIGOTTO, 2000, p.81).

O levantamento documental foi realizado visando caracterizar as concepções teóricas tecidas nos documentos que evidenciam as políticas públicas de educação.

Organização e sistematização de resultados: a lógica de organização e análise das informações coletadas teve como pressuposto uma abordagem comparativa entre os documentos elaborados nos contextos históricos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 O Sistema Educacional do Estado do Amazonas e a Oferta de Educação no Contexto dos anos 2000.

Atualmente, o Estado do Amazonas conta com 44.801 professores que compõem a Educação Básica, sendo: 402 da esfera federal, 16.934 na rede estadual, 23.096 na municipal e 4.367 atuam na rede particular.

A matrícula da Educação Básica, em 2006, representava 1.223.645 alunos, desses, 43,8% estavam matriculados na rede estadual; 49,2% na municipal, 6,5% na particular e 0,4% na Rede Federal de Ensino. Na Educação Superior em 2003 a matrícula correspondeu, na Rede pública a 17.749 alunos e na particular 19.102, totalizando 36.581.

5.1.1 Educação Infantil

Na Educação Infantil (0 a 5 anos) a matrícula representa 125.011 alunos, compreendendo a Creche (0 a 3 anos) com 12.637 alunos e a Pré-Escola (4 e 5 anos) com 112.374. A década de 1980 foi marcada por grandes mobilizações em torno da criança e do adolescente com significativa participação de amplos setores da sociedade civil organizada. Essa mobilização resultou num reordenamento legal e na afirmação de uma nova doutrina da infância, sob a qual a criança deixa de ser vista como objeto de tutela e passa a figurar como sujeito de direitos, ocupando maior espaço no contexto das políticas sociais. Por isso multiplicaram-se programas, projetos e atividades dirigidos à faixa etária de 0 a 6 (zero a seis) anos, atendendo aos interesses da idade. Entre os fatores que explicam esta expansão, alguns se destacam:

- Avanço do conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança continua a indicar que os primeiros anos de vida são críticos na formação da identidade, da personalidade e dos padrões de comportamento social;

- A urbanização, a industrialização e a participação crescente da mulher na força de trabalho foram fatores decisivos, para significativas modificações na organização e estrutura da família contemporânea, demandaram a criação de instituições para o cuidado e educação das crianças;
- A consciência social sobre o significado da infância e o reconhecimento, por parte da sociedade, sobre seus direitos, fez com que a criança passasse a ser considerada cidadã com direitos próprios, independente de sua condição social.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 significa um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança, entre eles, o direito à Educação Infantil, incluído no inciso IV do artigo 208, o qual dispõe que “o dever do Estado com a educação será efetivado (...) mediante garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 (zero a seis) anos”. Esse direito é reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) em seu artigo 53 que diz “é dever do Estado assegurar [...] atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 (zero a seis) anos”. Isto se articula ao que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) e a Política de Educação Infantil (MEC/1994). Ainda que a LDB admita o caráter facultativo da matrícula às famílias, cabe ao Estado garantir a oferta à Educação Infantil.

Na Lei de Diretrizes e Bases, a Educação Infantil está contemplada com o devido destaque e consagra um capítulo, caracterizando-a como “primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 06 (seis) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade” (artigo 29). “A Educação Infantil será oferecida em: creche ou entidades equivalentes, para crianças de até 03 (três) anos de idade; pré-escolas, para crianças de 4 a 6 (quatro a seis) anos de idade” (artigo. 30).

Apesar de esses dados retratarem um avanço quantitativo da oferta do ensino público gratuito em relação à década de 1980, com a consolidação da universalização do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano, há ainda uma defasagem no que se refere à Educação Infantil.

5.1.2 Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)

A maior matrícula do Estado corresponde ao Ensino Fundamental: são 797.947 alunos, representando 65 % da matrícula total, nas dependências administrativas federal, estadual, municipal e particular (capital e interior). Destes, 480.192 são alunos do 1º ao 5º ano e 317.755 alunos do 6º ao 9º ano.

A Secretaria Estadual de Educação realizou o diagnóstico da situação educacional nos 62 municípios do Estado, tendo como parâmetro o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, objetivando o estabelecimento de metas a serem alcançadas pelas escolas no período de 4 anos (2008 a 2011). As escolas públicas sob a gestão do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC), apresentaram crescimento em todos os níveis de ensino na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), aplicada pelo Ministério da Educação (MEC).

A meta estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), para o Amazonas, em 2011, era de 4.1 para os anos iniciais do Ensino Fundamental e a nota alcançada foi de 4.8. Para os anos finais, a meta era de 3.1 e o Amazonas atingiu 3.9. No Ensino Médio, a meta seria de 2.5 e a nota do Amazonas foi de 3.4. Todas as notas atingidas pelo Amazonas em 2011 estavam previstas pelo MEC para serem alcançadas somente em 2015.

Das 311 escolas de 1º. ao 5º. ano (séries iniciais) do Ensino Fundamental da rede estadual do Amazonas, 245 ultrapassaram as metas previstas pelo MEC para 2011, totalizando um percentual de 78%. E das 330 unidades de ensino de 6º. ao 9º. ano (séries

finais) do Ensino Fundamental, 305 também ultrapassaram a meta da MEC para 2011, o que equivale a um percentual de 92%.

Entre os 27 Estados brasileiros, o Amazonas, entre as redes estaduais de ensino, ficou em 12º lugar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 10º lugar nos anos finais do Ensino Fundamental e em 11º lugar no Ensino Médio.

5.1.3 Ensino Médio, EJA e Educação Especial

A Rede Estadual de Ensino responde por 93,2% da matrícula do Ensino Médio, são 163.682 alunos, sendo 103.777 na capital e 59.905 no interior do Estado.

Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos encontram-se matriculados 120.171 alunos, sendo 59.935 na esfera municipal, 59.795 na estadual e 441 na particular.

A modalidade Educação Especial representa 5.301 matrículas, apenas 0,4% da matrícula total, sendo 1.277 na esfera estadual, 2.465 na particular e 1.559 na municipal, o que demonstra a urgente necessidade de iniciativas nessa modalidade de Ensino, que tem diretrizes expressas na Constituição Federal (artigo 208), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e nos Pareceres e Resoluções dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

5.1.4 Educação Profissional

A Educação Profissional representa 11.533 matrículas, sendo 7.282 na capital e 4.251 no interior, dessas 2.064 são na dependência administrativa federal, 5.813 estadual e 3.656 particular. Constata-se um crescente aumento da oferta de profissionalização aos jovens do interior, considerando o aumento da oferta, porém é necessária que esta profissionalização esteja voltada para a especificidade do desenvolvimento sustentável dos municípios do interior.

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, que surgem da junção dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica/CEFET e Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e do município de São Gabriel da Cachoeira, em 2008, mais *Campi* foram construídos no interior do Estado, contando-se hoje com um total de dez polos.

5.2 Educação Profissional Indígena no Contexto Amazônico: A Experiência do IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, há povos indígenas em 48 dos 62 municípios no estado.

O Censo Escolar 2003 (MEC/INEP) aponta a existência de 2.079 escolas em terras indígenas, que atendem cerca de 150 mil estudantes, nas quais trabalham aproximadamente 7 mil professores, sendo 85% indígenas. Cerca de 33% do total das escolas e 27% dos alunos indígenas localizam-se no estado do Amazonas – são 670 escolas, 40.119 estudantes e 1.865 professores.

O direito à educação escolar indígena está assegurado na Constituição Federal de 1988, nos seguintes artigos: art. 5º caput, afirma a igualdade de todos perante a lei; art. 4º, IV, todos tem direito à não discriminação; art. 205, todos têm direito à educação; art. 206, I, igualdade de condições de acesso e permanência na escola; art. 208, I e IV, Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, e acesso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa; além do artigo 231 que assegura às populações indígenas o direito a sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e às terras que tradicionalmente ocupam. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB incorporou estes princípios constitucionais.

O Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, estabeleceu que o Ministério da Educação é responsável pela definição de diretrizes da educação indígena no país. O Plano Nacional de

Educação dá sequência à LDB e prevê, entre outras metas, a universalização da oferta de Educação Básica específica para todas as séries do Ensino Fundamental e Médio; a autonomia e gestão participativa das escolas indígenas e condiciona a garantia da educação intercultural e bilíngue, e sua regularização nos sistemas de ensino, à criação da categoria “escola indígena”.

A resolução nº 3, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, editada em novembro de 1999, estabeleceu que a educação escolar indígena, de Ensino Fundamental, é, prioritariamente, de responsabilidade dos governos estaduais.

Durante os dias 22 a 25 de julho de 2004, a Relatoria Nacional para o Direito à Educação esteve em Manaus, onde se reuniu com representantes da Secretaria Estadual de Educação, responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das políticas educacionais destinadas aos povos indígenas; e com membros do Ministério Público Federal e lideranças indígenas. Na ocasião, o relator Sérgio Haddad também esteve em Autazes, onde visitou escolas indígenas instaladas em comunidades do povo Mura.

Esta missão foi precedida de um levantamento preliminar de informações, realizado em fevereiro, no município de São Gabriel da Cachoeira, quando foram realizadas entrevistas com lideranças indígenas, gestores municipais responsáveis pela educação e representantes de Organizações Não Governamentais/ONG que atuam na região, além do acompanhamento do encontro de educadores indígenas e não índios, da Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico – CANOA, articulação que reúne diferentes organizações indígenas e não indígenas do Brasil, Venezuela e Colômbia. O município possui a maior rede pública de escolas indígenas do estado, com oito escolas estaduais, 186 municipais, aproximadamente 480 professores e 9.332 estudantes.

A implantação de projetos escolares para populações indígenas é quase tão antiga quanto o estabelecimento dos primeiros agentes coloniais no Brasil. Durante muito tempo o relacionamento do Estado com os povos indígenas foi marcado pelo caráter autoritário,

repressivo e violento que caracterizam as relações típicas entre estados coloniais e povos nativos.

A partir da década de 1970, o movimento indígena brasileiro ganhou força, constituindo período em que eclodiram as lutas indígenas pela demarcação de suas terras e pela melhoria das condições de vida dentro delas. A partir de então, sucederam-se várias assembleias e conferências indígenas em diferentes locais e regiões do país, traçando uma trajetória de mobilização que se intensificou na década de 1980, período em que os movimentos de retomada das iniciativas de mobilização popular ganharam maior força. A partir da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas conquistaram direitos que anteriormente não dispunham. Nas legislações anteriores, estes povos eram representados por instituições governamentais criadas pelo governo, que representavam e falavam por estes povos, a exemplo do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, criado em 1910.

Motivados pelas conquistas em termos de extensão do acesso à educação, durante as assembleias e conferências da década de 1990, os povos indígenas do alto rio Negro intensificaram as reivindicações por educação diferenciada, época em que surgiu a primeira escola profissionalizante da região do Alto Rio Negro.

Implantada em 1993 com o nome de Marly Sarney, a antiga Escola Agrotécnica, hoje denominada Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia-Campus São Gabriel da Cachoeira, é a única escola profissionalizante no município, em uma região onde convivem vinte e três povos indígenas, falantes de idiomas pertencentes a quatro famílias linguísticas distintas: tukano oriental, aruak, maku e yanomami. O IFAM-Campus SGC não é reconhecido como indígena, mesmo considerando-se o contexto em que foi implantado. Recebe também filhos de militares e comerciantes, mas sua maior clientela é formada por alunos advindos de comunidades indígenas ou descendentes de indígenas urbanos, possuindo assim em seu corpo discente a maior diversidade cultural e linguística do país.

Durante os primeiros anos de existência, o IFAM-Campus SGC, limitava-se ao oferecimento do curso Técnico em agropecuária na sede do município, com matriz curricular semelhante a outras regiões do país, diversificando posteriormente as áreas de atuação no oferecimento de outros cursos. Em comunidades indígenas oferece cursos de pequena duração, em parceria com a FUNAI, atendendo às demandas das comunidades indígenas nas áreas de piscicultura, criação de galinha caipira, cultivo de hortaliças e recursos florestais.

Em agosto de 2003, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN realizou um seminário com o lançamento do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS). Nesse mesmo período o IFAM-Campus SGC realizou o I Seminário de Educação Profissional do Alto Rio Negro, com o objetivo de articular as ações da escola a outras políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região do Alto Rio Negro.

Em abril de 2005, durante o I Seminário Interinstitucional “Construindo a educação escolar indígena na região do rio Negro”, promovido pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Instituto Socioambiental, foi assinado um Termo de Compromisso. Após este Seminário o IFAM-Campus SGC realizou um seminário público com a presença da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC/MEC, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/FOIRN, do Instituto Sócio-Ambiental/ISA e da Fundação Nacional do Índio/FUNAI. O processo teve como base o diálogo intercultural e parceria entre a comunidade escolar do IFAM-Campus SGC e o movimento indígena organizado, representado pela FOIRN, com o apoio das instituições atuantes na região e da SETEC/MEC.

Motivado pelas mudanças curriculares, com a necessidade de adequação da educação às novas demandas produtivas e à formação do cidadão-trabalhador, várias reuniões e debates foram realizados entre a direção do IFAM-Campus SGC e representantes indígenas do rio

Içana. Durante essas reuniões foi elaborado o projeto do Curso Técnico em Etnodesenvolvimento, para ser ministrado na comunidade indígena de Assunção do Içana, em parceria com a Escola Kariamã, distrito de Assunção do Içana situado no baixo rio Içana, envolvendo as comunidades de Boa Vista até Tunuí-Cachoeira, na Terra Indígena Alto Rio Negro, abrangendo 15 comunidades, habitadas por indígenas das etnias Baniwa, Kuripaco, Baré, Tukano, Wanano, entre outras.

A primeira turma do curso técnico em Etnodesenvolvimento teve início em outubro de 2007 e foi concluído em 21 de abril de 2009, tendo como objetivo promover a formação técnica nas áreas de aquicultura, manejo agroflorestal, agricultura e processamento de alimentos, permitindo o desenvolvimento de experiências sustentáveis que sirvam de modelos econômicos. O Curso foi organizado em módulos, utilizando-se a pedagogia de alternância, com 15 dias de aula e 15 dias de dispersão, em que os alunos indígenas retornavam às suas comunidades para conduzirem trabalhos para sua subsistência como: pescar, caçar, cuidar da roça e fazer farinha. A solenidade de formatura foi realizada com rituais indígenas e trajes tradicionais.

A Comunidade de Assunção do Içana está situada na margem direita do Rio Içana, na área denominada baixo Içana, distante a 172 km da sede do município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas. Nesta comunidade convivem aproximadamente 80 famílias, das etnias baniwa, kuripaco, baré, tukano e wanano. Os povos desta região procuram manter a identidade cultural conforme as situações cotidianas e nos momentos de manifestações culturais. As principais atividades econômicas de subsistências são: caça, pesca e coleta de frutos silvestres, além do extrativismo vegetal, com a extração do cipó, tucum, tururi e outras fibras e resinas. Além das atividades de extrativismo vegetal, os povos indígenas de Assunção do Içana praticam as atividades agrícolas tradicionais com o cultivo de mandioca e árvores

frutíferas adaptadas, nas roças e perto de casa, assim como a criação de aves em pequena quantidade para o consumo.

Outro projeto importante para o IFAM - Campus SGC é o Curso Técnico em Desenvolvimento Indígena Sustentável, na modalidade do Programa de Educação para Jovens e Adultos/PROEJA, elaborado em parceria com a Associação das Escolas Indígenas Tukano Yepa Mahsã-AEITYM, envolvendo as comunidades indígenas que fazem parte da região do baixo Waupés (Monte Cristo, Trovão, Cunuri, São Pedro, Uriri, Açai, Monte Alegre, Ipanoré e Santa Terezinha no rio Yawirini). Os alunos são Tukano, Piratapuaia, Dessano, Tariano, Baré e Hupdah.

Tanto o curso técnico em Etnodesenvolvimento, como o Curso Técnico em Desenvolvimento Indígena Sustentável são apoiados financeiramente pelo MEC, através da SETEC e da SECADI. Entre as diversas pessoas envolvidas nestes cursos destaca-se a representante da Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da SETEC/MEC, que esteve no IFAM – Campus - SGC, reunindo-se com representantes indígenas.

Nos últimos anos percebe-se uma demanda crescente das comunidades indígenas por educação profissionalizante dentro das terras indígenas, como também pelo desenvolvimento de experiências de manejo de recursos naturais, buscando fortalecer as formas tradicionais com a introdução de alternativas sustentáveis. A implantação de projetos de sustentabilidade em terra indígena é vista pelos povos indígenas como uma alternativa para evitar o fluxo migratório indígena, proporcionando uma alternativa de renda e de auto-sustentabilidade, uma vez que nos últimos 10 anos as comunidades estão sendo despovoadas, em função da busca pela escolaridade e também pela ausência de alternativas de sobrevivência e de alimentação básica.

Diante dessa demanda, o IFAM - Campus SGC vem viabilizando ações para a valorização do patrimônio cultural e ambiental da região do alto rio Negro. Utiliza-se do reconhecimento das potencialidades para criação de alternativas econômicas sustentáveis, baseadas no diálogo entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os métodos científicos ocidentais, produzindo referências técnicas que ajudem na melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, em parcerias com os órgãos representativos da região.

Tendo em vista a natureza dos desafios apresentados para a concretização da educação escolar indígena no Amazonas, a equipe do IFAM pretende continuar com a oferta desta modalidade de ensino na perspectiva de vencer os desafios para respeitar a diversidade cultural e linguística, incluindo a relação com grupos específicos que historicamente atuam nesta área, como religiosos e militares; a busca da autonomia e da participação dos grupos indígenas nos rumos da educação indígena; e, por último, buscar fontes de financiamento para programas e projetos da educação indígena, desenvolvidos no Campus São Gabriel da Cachoeira. Pretende-se com a experiência adquirida pelo campus supramencionado, estender a oferta dessa modalidade de ensino a outros campi, cuja população local necessite.

5.3 Analfabetismo No Amazonas

De acordo com o estudo da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, em 2004 8,6% dos amazonenses eram analfabetos, contra 12,7% do restante da população da região Norte e 11,4% dos habitantes das outras regiões do País (BRASIL, 2012). Em 2009, essa situação de vantagem permaneceu, pois os analfabetos somavam 7% da população do Estado do Amazonas, enquanto, no Norte e no Brasil, eles representavam, respectivamente, 10,5% e 9,7% das pessoas.

Já na zona rural, as tendências de queda foram mais intensas, pois a taxa de analfabetismo caiu de 20,8% em 2004, para 12,5% em 2009. Porém, os dados apontam que a

população rural do Amazonas encontrava-se ainda, em 2009, com escolaridade baixa, com uma média de 5,3 anos de estudo.

Entretanto, ainda que o Amazonas tenha reduzido significativamente a taxa de analfabetismo, de acordo com a análise, no período de 2001 a 2009, o Estado teve desempenho escolar inferior ao índice nacional (10,7%) e ao da região Norte (13,9%), com apenas 8,9%.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender Educação na Região Amazônica é uma tarefa complexa e laboriosa. As barreiras vão além do gigantismo territorial dessa região, pois existe uma diversidade cultural enorme, que passa pelos povos indígenas e tradicionais, pelos imigrantes das mais diversas partes do mundo que buscam realizar seus sonhos no Eldorado brasileiro. Apesar dessa mistura de povos e raças, somos todos brasileiros, com seus Deveres e Direitos, sendo a Educação pública gratuita de boa qualidade um dos principais deles.

Muito se tem avançado no campo educacional desde os anos 1980. E isso não é somente fruto de nossos legisladores, mas também é fruto das ações de Movimentos Sociais Organizados que lutam por uma Educação propedêutica. Contudo, muito ainda precisa ser avançado, pois ainda não alcançamos a Universalização do Ensino Médio. Faltam creches para a grande maioria de nossas crianças. Somente 2% de nossos jovens têm acesso ao Ensino Superior.

Nossos Administradores – prefeitos, governadores, etc. – não podem centrar suas ações pensando unicamente no crescimento econômico do estado. É verdade que o Amazonas tem se destacado no contexto nacional e internacional não somente por sua beleza natural, mas também por concentrar riquezas naturais incalculáveis. O Amazonas também tem crescido economicamente, sendo Manaus uma das cinco cidades mais ricas do Brasil; e isso

atrai um contingente populacional cada vez maior, sendo a capital amazonense a sétima cidade brasileira mais populosa.

Isso faz com que esses brasileiros precisem de mais escolas. E principalmente de um sistema educacional que respeite essa biodiversidade – flora, fauna, rios, o homem.

Um sistema educacional que propicie Ensino Infantil, Fundamental, Médio, Técnico-Tecnológico, Graduação de nível Superior de boa qualidade, voltado para a realidade da nossa região.

Ainda precisamos de escolas que atendam as necessidades dos portadores de necessidades especiais, com profissionais bem formados, que possuam uma política de formação séria, centrada na qualidade do ensino.

Segundo o censo realizado em 2010 (IBGE, 2010), cerca de 8% das crianças com idade escolar não possuem acesso a escolas. Isso significa que apesar do crescimento econômico do Estado, ainda falta uma política pública que priorize a educação. Isso reflete na Educação de Jovens e Adultos, que foi uma política provisória, para se erradicar o analfabetismo, porém que já perdura por décadas. Se essa distorção escolar continuar, só reforçaremos a desigualdade social que impera nesse sistema que coisifica o ser humano (FRIGOTTO, 2007).

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria da Educação e Cultura. **Proposta de política para o ensino de 2º grau**. Manaus, s. ed., 1987.

BARBALHO, C. R.; MORAES, S. O. **Guia para normalização de relatórios técnicos científicos**. Manaus: Edua, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 2001.

BEZERRA, Aldenice & ALVES, Eufrasio. **Diagnóstico do setor de educação no Amazonas**. Manaus, INEP/FUA/SEDUC, 1986.(mimeo).

BRASIL. Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Plano estratégico de educação, ciência e tecnologia**. Manaus, s. ed., 1987.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divulgação do Censo 2010**. <http://www.ibge.gov.br/censo2010/dados_divulgados/index.php?uf=13> Acesso em 19 de jan. 2011.

_____. IPEA, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/120209_relatorio_situacao_social_am.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Proposta para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET**. Disponível em <http://www.cefetam.edu.br/downloads/2008/doc_ifet.pdf> Acesso em 23 de Jan. 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – Ensino Médio Inovador, 2009.

CANALIA, H. **Trajetória da Educação Profissional no Brasil e os Desafios da Construção de um Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Universidade Federal do Pará, 2009. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf>>. Acesso em 26 de jan. de 2011.

CAVALCANTE. Lucíola Inês Pessoa. Formação Continuada, profissionalização docente e a complexidade de ser professor. In: GHEDIN, Evandro (org.). **Perspectivas em Formação de Professores**. Manaus: Editora Valer, 2007.

CARNEIRO, Valdete da Luz. **A informação dos recursos humanos para o ensino de 1º grau no estado do Amazonas**. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1977. (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, Luís Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

CURY, Jamil. Tendências do ensino hoje no Brasil. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n.25, 1986.

FERNANDES, Florestan. **O Desafio da Educação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da Dialética materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Bomtempo, 2005.

MINAYO, C. de S.. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.